

REPENSANDO O LUGAR DO INDÍGENA NO BRASIL DA MISTIÇAGEM

RETHINKING THE PLACE OF THE INDIGENOUS IN BRAZIL OF MISCEGENATION

Liana Rayssa Mota Amorim¹

RESUMO

Este artigo é uma reflexão sobre a utilização do conceito de mestiçagem nas dimensões sociológicas e historiográficas no contexto brasileiro. Nosso objetivo é compreender como a condição mestiça se consolidou como chave-teórica para entender a realidade nacional e como isso relegou aos povos indígenas um lugar preterido, principalmente quando à mestiçagem foi imputada a ideia de distinção. Portanto, fazemos este exercício baseado nas leituras das obras de Renato Ortiz, Serge Gruzinski e Gilberto Freyre, o primeiro nos auxilia com uma linha do tempo sociológica e histórica da intelectualidade nacional, enquanto os dois últimos instrumentalizam o conceito para analisarem realidades mestiça, mexicana e brasileira, respectivamente. Sendo a nossa principal motivação a constatação de que para se garantir direitos, no Brasil, o indivíduo precisa ter consciência de quem é, o que possui e de onde vem, principalmente quando este é indígena. Algo complexo, já que a mestiçagem vista como algo genuinamente brasileiro turva as imagens da realidade brasileira, e produz estigmas sobre os povos indígenas, dificultando a apreensão de suas agências.

PALAVRAS-CHAVE: Mestiçagem. Indígenas. Estigmas.

ABSTRACT

This article is a reflection on the use of the concept of miscegenation in the sociological and historiographic dimensions in the Brazilian context. Our objective is to understand how a mestizo condition is consolidated as a theoretical key to understanding the national reality and how it relegated indigenous peoples to a neglected place, especially when the idea of distinction was attributed to miscegenation. Therefore, we do this exercise based on the readings of the works of Renato Ortiz, Serge Gruzinski, and Gilberto Freyre, the first assists us with a sociological and historical timeline of national intellectuality, while the last two instrumentalizes the concept to analyze Mexican and Brazilian mixed realities, respectively. As our main motivation is the observation that to guarantee rights, in Brazil, the individual needs to be aware of who they are, what they have, and where they come from, especially when they are indigenous. Something complex, since miscegenation saw as something genuinely Brazilian muddies the images of the Brazilian reality, and produces stigmas about indigenous peoples, making it difficult for their agencies to apprehend.

KEYWORDS: Miscegenation. Indigenous people. Stigmas.

¹ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Pesquisadora no grupo de pesquisa Indígenas na História do Maranhão. E-mail: lianaramorim@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A quadragésima oitava edição da célebre obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, é aberta com um poema de sua autoria, neste poema fica evidente como o autor pensava o Brasil e mais ainda, o que ele ansiava para o seu país. “O outro Brasil que vem aí” fala de um Brasil mestiço e harmonioso, no qual todo brasileiro poderia dizer como anseia seu país, seja ele ‘preto, pardo ou roxo’. Não ficando só ao branco, ou aquilo que chamou de ‘semibranco’ o privilégio de “querer um Brasil”.

Todavia, passados quase noventa anos desde que a primeira edição foi publicada, ainda hoje a visão de um Brasil que é de todos se faz turva, principalmente quando se procura taxas de desigualdade raciais, econômica e sociais no país. Aqui, no entanto, não nos deteremos nesses infelizes índices, nosso objetivo é compreender quais foram os processos que levaram a característica mestiça do Brasil a ser chave teórica para entender a realidade do país e, posteriormente, servir como justificativa para projeção de uma sociedade brasileira harmoniosa – quase mitológica –, na qual as diferenças não implicariam em monstruosas desigualdades.

Faremos nossas reflexões baseadas nas leituras do sociólogo brasileiro, Renato Ortiz e do historiador francês, Serge Gruzinski. Enquanto o primeiro se detém em analisar a cultura brasileira e identidade nacional, tendo como ferramenta uma linha do tempo sociológica e histórica da intelectualidade brasileira, junto a instituições. O segundo se dispõe a entender as dinâmicas do México no período colonial (especificamente século XVI), a partir da análise das relações das populações nativas e os europeus, lançando mão da interdisciplinaridade tão significativa para fazer aquilo que vai ser denominado de História Conectada ou *connected histories*.

Nossa motivação em pensar a mestiçagem, advém de inquietações promovidas pelas leituras dos textos em questão às nossas preocupações de pesquisa. Principalmente, quando percebemos que para acessar direitos específicos no país, do indivíduo é cobrado que se tenha certeza de quem ele é, que posição ocupa e ainda consiga provar tudo aquilo (e mais do) que foi dito anteriormente.

A sociedade brasileira que tem preconceito em reconhecer seu preconceito, apesar de muitas vezes velá-lo e de tentar ofuscá-lo, é responsável pela reprodução de estigmas e estereótipos, que não apenas são resultados de violência – principalmente simbólica – mas, sobretudo, são em si mesmo violência, pondo fim muitas vezes a existência dos indivíduos que

por serem diferentes de um ideal – que como veremos tem história – acabam sendo marginalizados.

Goffman em sua obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* apresenta como os estigmas podem forjar relações específicas entre o estigmatizado e quem o estigmatiza. (CARVALHO et al., 2013) Segundo o autor, os que sofrem a estigmatização, passam por duas fases de socialização, uma na qual aprende e incorpora o ponto de vista considerado normativo da sociedade que está inserido, a outra é compreender as consequências de sua estigmatização. (GOFFMAN, 1975, p.30)

Desse modo, nossa pretensão é entender como a mestiçagem tal qual foi tratada no Brasil colaborou com a elaboração e construção de estigmas que afetam negros e indígenas. E no caso específico deste texto, a estigmatização dos indígenas tomará destaque, pois está diretamente relacionada à nossa problemática de pesquisa.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA MESTIÇAGEM NO BRASIL

Antes de entrarmos especificamente no seu histórico como conceito, é necessário que entendamos os contextos que orientaram as reflexões sobre a mestiçagem. Dito isso, cabe nos lembrar que a discussão aflora principalmente no século XIX. Como sabemos, o período oitocentista foi marcado pelas ideias de evolucionismo, fortemente influenciadas pelo darwinismo social.

Considerando isso, não pode se perder de vista que o evolucionismo surge de uma necessidade de compreender a humanidade pela luz da razão, influência das teorias iluministas do século anterior, que apregoaram os ideais da universalidade, se constituindo no cenário perfeito para o surgimento de elementos analíticos generalizantes.

Um desses elementos analíticos foi a categoria de raça.² Responsável por encarar as diferenças biológicas como justificadoras de desigualdades e hierarquias sociais. O leitor deve estar se perguntando: por que instrumentalizar a diferença dessa forma? Por que não só considerar que a sociedade humana é diversa? Bem, as pistas para a compreensão desse processo ainda estão no século XIX.

² É importante ressaltar que neste momento estamos fazendo referência a utilização da raça como conceito biológico, tendo consciência que a sua reflexão como categoria racial e sociológica se faz necessária, já que até os dias de hoje implica em desigualdades e preconceito estruturais.

Mesmo com as promessas de igualdade promovidas pelo chamado século das Luzes, os cientistas àquela altura ainda se perguntavam porque as diferenças eram persistentes entre os homens. Mediante a esse problema buscaram respostas a partir dos métodos das ciências naturais, que eram influenciados pelos ideais de evolução e progresso, e compreendiam a natureza como uma unidade homogênea, regida por leis gerais. Assim atribuíram à humanidade o mesmo que esperavam dessa compreensão que tinham acerca da natureza.

Esperavam que a partir da compreensão das leis gerais pudessem de alguma forma intervir na natureza, para que no fim ela chegasse ao que era o seu destino certo, o progresso. No caso dos homens, portanto, não seria diferente, a identificação de elementos que pudessem atrapalhar esse inevitável destino se fazia necessário. Logo, a raça foi encarada pelos cientistas como a explicação para os “problemas” de desigualdade que a humanidade ainda enfrentava, baseados em ideias como as de Buffon e DePauw, filósofos do século XVIII, que defendiam que havia diferenças fundamentais entre os homens (PIRES JR., 2013, p. 15).

Vale destacar que essas concepções surgem na efervescência dos chamados Estados-nações, processo que pretendia certa homogeneização das sociedades, para facilitar a distinção entre os povos, promovendo as relações de alteridade, “nós e eles”. Principalmente dos brancos europeus em relação aos “outros” (fossem americanos, africanos ou asiáticos), já que os projetos de Estados-nações eram concebidos como símbolos da modernidade, dos quais os europeus eram os principais representantes (AMORIM; SILVA, 2018, p. 56).

O que torna relevante a compreensão do conceito de nação. Embora não haja um consenso, a apreensão weberiana sobre “nação” é interessante, visto que leva em consideração a cultura. Pois para o autor, a consciência da especificidade cultural é tomada como um valor distintivo. O conceito, como diz, pertence à esfera dos valores (WEBER, 1982).

À cultura então foi atribuída uma qualidade distintiva, ideia que ensejou a busca de uma cultura nacional que tinha a ver com os propósitos de soberania, diferenciação entre as nações e etc. A partir daqui então, começaremos a refletir sobre como esses princípios permearam o “Brasil” em meados do século XIX, quando se há rupturas ou tentativas de rupturas com o modelo colonial português.

Segundo Schwarcz (2003), nos Oitocentos, o Brasil que era palco constante da observação de expedições promovidas por cientistas estrangeiros, constantemente era descrito como uma imensa nação mestiça, o que lhe dava um aspecto singular, ainda que a miscigenação ou a simples “mescla das raças” fosse entendida como causadora de degeneração. Assim foi

que a formação de uma “cultura nacional brasileira” inevitavelmente passou pelo problema da miscigenação.

Como a própria historiadora chama atenção, a característica mestiça do Brasil era uma polêmica entre as elites, pois era essa condição pela qual se tornava possível compreender as particularidades da nação brasileira, ao mesmo passo que era entendida como uma condição perigosa para os projetos de uma nação brasileira moderna que essas elites elaboravam àquela altura.

Havia, portanto, várias perguntas sobre como elaborar a história e a cultura nacional. Principalmente, frente aos eventos da Independência e, posteriormente, a Proclamação da República que forçaram, de certa maneira, aos intelectuais, da antiga colônia portuguesa, a pensarem o Brasil *per si* – processo não exclusivo da realidade brasileira. Algo semelhante estava dado para toda a América Latina, o que contribui com a nossa visão de que a construção das culturas e identidades nacionais foram um problema que precisava ser resolvido principalmente pelas regiões que foram diretamente afetadas pelas estruturas coloniais, como o continente latino-americano. Como assinala Ianni:

Trata-se de compreender como se dá a sua evolução, progresso, desenvolvimento, modernização ou ocidentalização, envolvendo o vaivém das crises, golpes, revoluções, contra-revoluções. Simultaneamente, busca-se explicar quando se traça e destracha o seu perfil; como dialoga com a Europa e os Estados Unidos; em que se constituem as suas singularidades; quando se dá a sua produção a sua produção cultural mais original. Aos poucos, revelam-se os modos pelos quais a América Latina se pensa (IANNI, 1993, p. 10-11).

Era uma forma de entender a sua realidade a partir de si, como via de dizer em que se constituía, qual era o seu passado e mais, o que seria e a que futuro estava destinado. O que nos indica que mesmo tentando pensar a sua própria realidade a partir do ideal de “singularidade”, o Brasil e outros países latino-americanos ainda se colocaram frente à um espelho, do qual o reflexo ainda se propagava a partir dessas forças hegemônicas do Ocidente, das quais ironicamente pretendiam se desvencilhar.

O que resultou, em certa medida, na transposição de categorias analíticas, utilizadas para se entender as conjunturas das antigas metrópoles, para explicar territórios anteriormente colonizados. Não à toa, é que duas preocupações fizeram parte do imaginário oitocentista: a preocupação modernizante e cientificista; e a elaboração de interpretações que pudessem indicar o objetivo da região brasileira. Para Martinez-Echazabal:

[...] a partir da segunda metade do século XIX que a referida preocupação ontológica, ou o que mais apropriadamente chamava de hermenêutica da identidade latino-americana (brasileira, mexicana, argentina, cubana etc.) detona com maior intensidade na literatura e na exegese de cientistas sociais, impondo-se como tópico central no pensamento intelectual e político em diversos países que hoje constituem a América (já não tão latina!). E vemos, em síntese que se trata de explicar – e nesse processo vai construindo – aquilo que constitui nosso perfil, nossos mecanismos de funcionamento social, político e cultura e, sobretudo, nossas singularidades e nossos traços distintivos perante outros espaços físicos e modelos culturais (MARTINEZ ECHAZABAL *apud* COSTA, 2013, p. 205).

Destarte, a mestiçagem – inicialmente de caráter biológico – se constituiu como chave explicativa para a história nacional, e mesmo que aqui a compreendamos a partir de autores do século XX, a preocupação com a condição mestiça é uma preocupação herdada do século anterior, vide que já estava presente em autores como Von Martius, que em 1840, teve uma de suas obras premiada pelo Instituto Histórico e Geográfico, cujo o título era *Como se deve escrever a história do Brasil*, na qual estava contida a ideia de hibridismo racial e a formação do Brasil a partir das três raças, sendo o elemento branco o mais importante, enquanto o indígena e o africano eram preteridos.

Ideia que se torna uma característica importante de se pensar, já que vai subsistir nos escritos da história e das ciências sociais sobre a mestiçagem até os anos 30. Tendo como prerrogativa elementar que a mestiçagem era um fato, mas que com um tempo a sobreposição do elemento branco resolveria o problema de caráter patológico da miscigenação, da qual era fruto a nação brasileira (VAINFAS, 1999, p. 04). Um exemplo dessa prerrogativa se encontra em Paulo Padro (1928), que apesar de defender que aparentemente todas as raças tinham a mesma capacidade, não se furtava de atribuir ao elemento negro um caráter inferior. Ademais, admitindo certa fragilidade aos corpos mestiços, segundo ele, os organismos eram indefesos contra doenças e vícios, resultado do cruzamento de raças e sub-raças (VAINFAS, 1999).

Sendo assim, foi somente a partir da década de 1980 que uma virada teórica modificou o modo de entender a mestiçagem, que passou a ser compreendida não mais pelas concepções biologizantes, mas sim culturalistas. Dessa forma é que obras como *Cultura brasileira e identidade nacional* (1989), de Renato Ortiz, que ainda não se dediquem ao tópico da mestiçagem especificamente, colaboram com a análise de projetos diversos sobre a formação da identidade e cultura nacional, que como vimos foram profundamente marcados pela noção de mestiçagem Contribuindo de forma direta com a reflexão aqui pretendida. Observemos!

No capítulo “Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX”, Renato Ortiz se dispõe em refletir sobre as teorias de Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, considerados precursores das Ciências Sociais. Estes que eram claramente

influenciados por um “contorno racista”, mas que apontaram em suas obras a problemática da identidade nacional. Colaborando para a construção de escolas antropológicas que pensaram a grande questão: Qual é o lugar do Brasil no quadro de evolução?

Os autores citados efetuam um rompimento da intelectualidade brasileira com o Romantismo do século XIX, que aconteceu a partir da contribuição de três teorias: O positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer. Como Ortiz alerta, as três teorias apontaram para uma direção: a evolução histórica dos povos. O evolucionismo surgiu para entender, de forma generalizada, a diferença entre as sociedades humanas. E mais, como mesmo assinala o autor, no âmbito político mundial, o evolucionismo “vai possibilitar à elite europeia uma tomada de consciência de seu poderio que se consolida com a expansão do capitalismo.” (ORTIZ, 1986, p. 15)

Havia então uma noção de que a “superioridade europeia” era resultado de leis naturais. Portanto, os espaços considerados inferiores, como o Brasil, deveriam àquela altura explicar a razão de seu “atraso” na escala da evolução e, posteriormente, apontar um caminho para sua formação como nação³ - visto como resultado direto de uma evolução. (MAUSS *apud* ORTIZ, 2013) Mas, ao invés de importarem cruamente com as perspectivas evolucionistas, os precursores das Ciências Sociais pensaram o país a partir de suas especificidades. Estas especificidades que tiveram no “meio e na raça” suas principais representantes.

Para esses autores, especificamente Silvio Romero, a raça foi a problemática mais abrangente, pois ao seu ver a sociedade brasileira era sustentada e estruturada a partir dela. Isso é perceptível se pensarmos em práticas assimilacionistas desde os tempos coloniais e também iniciativas como a de Couto de Magalhães, no século XIX, que a partir de informações generalizadas pensava sobre o cruzamento entre os índios e os brancos; o Indianismo que nega completamente a relevância do negro.

Linha de pensamento que, principalmente depois da Abolição, se reordena e coloca o ‘negro’ como um elemento dinâmico da sociedade brasileira. Silvio Romero e Nina Rodrigues atribuem uma importância maior ao negro, deixando o ‘índio’ de lado, pois a este estava certo o desaparecimento⁴. Entretanto, essa importância não deve ser interpretada como toda positiva,

³ Mauss explica a nação como uma sociedade materialmente e moralmente integrada, com um poder central estável permanente, com fronteiras determinadas, uma relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e às suas leis.

⁴ No período de transição entre o século XIX e XX, o avanço das fronteiras nacionais brasileiras se chocou com o “problema indígena”, que fora encarado basicamente por duas formas: fosse pela suposição que o indígena não trazia nenhum fator favorável para o desenvolvimento e, portanto, seria eliminado; ou a outra defendida pelos românticos e indianistas que acreditavam que o indígena era elemento formador na nação brasileira, precisando



havia uma negativa, visto que a raça branca continuava com *status* de raça superior, sendo o negro e o indígena encarados como obstáculos ao processo civilizatório.

Os elementos indígena e negro indicavam uma crise iminente para as pessoas da época, pois como duas raças consideradas inferiores – vide o racismo científico – poderiam resultar em um “Novo Brasil”, onde se pretendia que as “leis de mercado regesse sua realidade e que se estabeleceria juridicamente condições de igualdade entre patrões e empregados, como se “fazia” nas regiões “mais desenvolvidas do Ocidente? Portanto, esta passagem de um “Velho Brasil” – colonial dos senhores de escravos – para um “Novo Brasil foi

[...] concebida como um tempo ordeiro de superação gradativa dos graves problemas sócio-raciais, em que um conjunto de táticas de **controle e disciplina seria aplicado a fim de atingir no futuro o tão sonhado progresso**. Nesse meio tempo, esperava-se que o país pudesse preencher uma carência básica: a nacionalidade. (AZEVEDO, 1987, p. 60, grifo nosso).

Portanto, para chegar ao fim do progresso imposto pela modernidade é que se encarou o problema da mestiçagem. Mas é importante destacar que o pensamento desses autores foi composto de três camadas: “1) as raças superiores se diferenciam das inferiores; 2) no contato inter-racial e na concorrência social vence a raça superior; 3) a história se caracteriza por um aperfeiçoamento lento e gradual da atividade psíquica, moral e intelectual”. (ORTIZ, 1986, p. 20)

A partir de 1870, sob os auspícios dos “precursores das Ciências Sociais” no Brasil, o país começou a ser interpretado substancialmente como resultado de “mestiçagem”. Diferentemente do que aconteceu depois, na interpretação de Gilberto Freyre, a mestiçagem não foi valorizada, mas considerada um problema que deveria ser resolvido. O “mestiço” era produto do cruzamento de diferenças raças, nele estava posto defeitos e vícios. Logo, para que a sociedade brasileira conseguisse se formar enquanto a nação, a condição mestiça deveria ser superada por meio de seu embranquecimento.

As teorias da época indicavam que a condição mestiça inviabilizava um projeto civilizador. Havia um grande pessimismo em relação ao futuro da nação e mais, à sua possibilidade de civilização do denominado ‘homem dos trópicos’. Estigmatizado por ter como *habitat* as regiões tropicais e, acima de tudo, por ser mestiço (VELOSO; MADEIRA *apud* COSTA, 2013).

este alcançar a completa civilização. O que há de comum nessas ideias é que ambas encaram o desaparecimento do elemento indígena, seja pela morte ou pela sua integração a sociedade nacional.

Compreendida a mestiçagem como entrave, agora nos preocuparemos com o como e quando ela passa a ser vista como uma marca distintiva da sociedade e identidade brasileiras. O que não significa dizer que mediante a uma perspectiva otimista dela se apague todos os infortúnios, na verdade pretendemos nesse exercício de escrita perceber como alguns aspectos continuam igualmente violentos, promovendo o agravamento de alguns problemas que perpassam principalmente as existências indígenas. Para tanto, lançaremos um olhar sobre a famosa obra de Gilberto Freyre, a saber, *Casa Grande & Senzala*.

3 A NARRATIVA FREYRIANA E A INVISIBILIZAÇÃO INDÍGENA

A escolha da obra freyriana para o diálogo empreendido até então, se justifica pela sua frequente instrumentalização para o ensejo do discurso da democracia racial no país. Um discurso que implicou em relações problemáticas e que invisibilizou – e até hoje invisibiliza – reflexões sobre grandes contradições da sociedade brasileira.

As primeiras décadas do século XX foram importantíssimas para a construção de uma identidade nacional, atrelada principalmente à ideia de progresso que muito estava relacionado com o atendimento às demandas capitalistas (BARRETO, 2013, p.23). Desse modo, a heterogeneidade da sociedade brasileira já constatada pelos intelectuais dos finais do século anterior pela ideia de mestiçagem, se apresenta como uma ideia longeva. Entretanto, àquela altura, principalmente a partir da perspectiva freyriana, a condição mestiça não se constituía como algo que precisava de solução, do contrário, ela era em si mesma a solução para as diferenças que estavam postas na sociedade brasileira.

Semelhantes a outros autores contemporâneos, o autor entendia o período colonial como um espaço temporal determinante para a conformação da sociedade brasileira. Em vista disso, pensou a realidade nacional a partir da estrutura da casa grande e da senzala, um dos símbolos mais emblemáticos da colonização.

Vale assinalar, porém, que apesar de construir a narrativa a partir desse lugar de exploração colonial, Freyre atribuiu a esse espaço um caráter familiar e até certo ponto, harmonioso. O autor teve como carro chefe de sua análise a perspectiva cultural. Por isso se debruçou nas relações das culturas portuguesa, indígena e africana – no singular mesmo, trabalhando-as de forma genérica, monolítica e pode-se dizer essencializante.

Ainda segundo Barreto, deve-se levar em conta que a obra se localiza em o período de transição e, à vista disso, incorre em algumas concepções e conceitos deterministas. Como

expressado nesse trecho: “Não se nega, porém, que o clima *per se* ou através de fatos sociais ou econômicos por ele condicionados, predisponha os habitantes dos países quentes a doenças raras ou desconhecidas nos países de clima frio. Que lhes diminua a capacidade de trabalho” (FREYRE, 2003, p. 75).

Devemos atentar nesta passagem que além de pensar sobre como o clima – agora não mais considerado o “senhor-todo-poderoso” das teorias evolucionistas do século XIX – como variável importante para as formações culturais. Outro elemento foi colocado em evidência, o trabalho, confirmando mais uma vez à que período temporal esta narrativa pertence.

É importante destacar que análises sobre as relações de trabalho têm permitido grandes avanços no que diz respeito ao campo da História Indígena. Pois, como se verifica a partir de pesquisas, ao contrário do que se pensava, o suor e a mão-de-obra indígena foram importantíssimos para as dinâmicas coloniais e pós-coloniais.

Mas, voltando à análise breve sobre a narrativa freyriana sobre o índio. Faz-se necessário observar como a obra do sociólogo caracterizou as relações mestiças por uma perspectiva de conciliação das contradições políticas, culturais, sociais e econômicas. Atribuindo ao elemento português habilidade em lidar com as “diferenças”, como se eles estivessem condicionados ou predispostos à miscigenação. Levando em consideração eventos da “trajetória ibérica” historicamente marcada pela relação com os povos mouros.

Portanto, para o autor, a condição mestiça é quase uma condição natural e proveniente principalmente pela habilidade portuguesa, colocando o elemento colonizador em lugar de destaque na construção de uma identidade brasileira, que segundo ele, foi híbrida desde o começo e foi, de todas as nações americanas a que constituiu uma boa relação entre os povos adiantados (portugueses) e os atrasados (indígenas e negros) (FREYRE, 2003, p. 159).

A mestiçagem então foi tida como característica natural a partir dessa perspectiva. Subestimando muitas vezes a violência pela qual foi instituída, ponto de vista baseado tanto na “tendência portuguesa” ao hibridismo; quanto na suposta desorganização ou desarticulação das sociedades indígenas daquilo que constituiu a chamada América Portuguesa.⁵

A obra de Gilberto Freyre que imputou à mestiçagem uma qualidade distintiva, como forma de entender as diferenças raciais a partir de uma relação de contribuição e agregadora,

⁵ “Os espanhóis apressam entre os incas, astecas e maias a dissolução dos valores nativos na fúria de destruírem uma cultura na frase de semicivilização [...] Os portugueses, além de menos ardentes na ortodoxia que os espanhóis e menos estritos que os ingleses no preconceito de cor e de moral cristã, vieram defrontar-se na América não com nenhum povo articulado em império ou em sistema já vigoroso de cultura moral e material – com palácios, sacrifícios humanos aos deuses, monumentos, pontes, obras de irrigação e de exploração de minas – mas, ao contrário, com uma das populações mais rasteiras do continente.” FREYRE, Gilberto. *Ibidem*. P. 156

acaba por possibilitar concepções problemáticas às culturas indígena e africana. À primeira, principalmente, porque constantemente lhe reserva uma contribuição secundária. Como dissemos anteriormente, as relações de trabalho fizeram parte das análises de sua narrativa, mesmo que de forma rasa. Freyre recorrentemente atrela à figura do “índio”⁶ um trabalho pouco eficiente. Afinal, a enxada nunca teria se firmado na mão do indígena e, nem do seu descendente, o mameluco.⁷

Apesar disso, o autor indicou e admitiu que os indígenas foram importantes em algumas atividades como: as entradas nos sertões, os trabalhos como guia, canoagem, pesca, guerra e caça. Isso não significa dizer que o autor valorizava o elemento indígena, pois é evidente que, mesmo admitindo esses campos possíveis da ação indígena, considerou-os como exercícios secundários. Porque para ele o referencial foi a produção dos engenhos de açúcar, considerado essencial e (quase) unicamente suficiente para a formação das estruturas econômicas, sociais e culturais da sociedade brasileira.

Dessa forma, a observação ou a possibilidade de considerar as atuações indígenas como importantes para a dinâmica colonial são preteridas. É a supervalorização da economia de exportação de açúcar, sustentada majoritariamente pela mão-de-obra africana escravizada, que dificulta a apreensão das complexidades do mundo do trabalho colonial, incorrendo numa desqualificação dos indígenas, não só nas suas representações dos tempos coloniais, mas, repercutindo nas suas representações ainda no século XX – e por que não dizer XXI? – dificultando a tomada de lugar dos indígenas no mundo do trabalho, valor muito caro para época em que esta narrativa foi construída.⁸

Os indígenas então serviram como um contraponto dos africanos, naturalizando não só a suposta debilidade indígena para o trabalho, mais ainda, naturalizando a exploração deste último, como tivesse em sua essência predisposição e “alegria” em cumprir trabalhos nas condições compulsórias as quais foram submetidos.

⁶ Considere que o termo índio está sendo utilizado de forma genérica propositalmente, já que pouco se considerava a diversidade dos povos indígenas.

⁷ Importante destacar que aqui utilizamos o termo mameluco, pois que é assim empregado por Freyre tendo ciência que o termo fora empregado no contexto de classificar os indivíduos por atributos de “qualidade”, prática ligada aos preceitos colonialistas.

⁸ Destaco aqui ao leitor que apesar da política indigenista do século XX, principalmente as das diretrizes do Serviço de Proteção ao Índio quererem incorporar os indígenas ao trabalho, vale lembrar que essa incorporação se dava por processos de um exercício de poder tutelar, que muitas vezes pretendia agir como um “reconfigurador” das vivências indígenas, lhes querendo atribuir valores do trabalho capitalista, a fim de civiliza-los. Ou seja, é como eles deveriam não mais viver como indígenas.

Chamo atenção que a supervalorização da economia externa em detrimento ao mercado interno – no qual pesquisas indicam que as ações dos indígenas foram imprescindíveis – foi um aspecto muito forte na historiografia do século XX, visto que o Brasil como área anteriormente colonial e colonizada foi tecido pela concepção daquilo que ficou conhecido como “sentido da colonização”.

Um dos trabalhos que “materializaram” essa ideia, foi a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, do autor Caio Prado Jr. Para este autor, a América teria existido única e simplesmente para atender as demandas portuguesas, fosse para servir com a exploração de recursos naturais ou humanos, estes últimos explorados majoritariamente a partir dos trabalhos compulsórios e até mesmo sexuais. Percebemos então que o olhar aficionado no elemento cultural colonizador dificultou por muito a percepção do indígena como elemento formador da cultura e identidade brasileira.

4 REPENSANDO A AMÉRICA PORTUGUESA E OS POVOS INDÍGENAS

Mediante as breves reflexões do tópico anterior, é perceptível que até meados dos anos 70, do século XX, a historiografia observou a realidade colonial exclusivamente a partir da metrópole portuguesa, desconsiderando por muito as complexidades das dinâmicas internas. O que começou a ser revisto a partir dos anos 90, não exclusivamente, mas especialmente pela chamada “Escola do Rio”⁹, que rediscutiu os dualismos postos por uma “História Colonial Tradicional”.¹⁰

Nesta mesma década há renovação da chamada História Indígena – ou uma apologia à História Indígena – que se pautou principalmente pela inclusão dos indígenas como sujeitos da História, junto à ampliação de fontes e de possibilidades de análise mediante um contato *trans e interdisciplinar*. É neste momento que surgem nomes como o de John Manuel Monteiro com a obra *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*.

⁹ A “Escola do Rio” é uma forma de identificar uma geração de historiadores, a partir dos anos 90, localizados no Rio de Janeiro, e que têm como preocupação repensar algumas considerações clássicas sobre o período colonial, buscando demonstrar que a empresa colonial resultou em estruturas internas que não estão reduzidas apenas pelo vínculo das sociedades coloniais com suas metrópoles ou com o comércio atlântico.

¹⁰ “Em realidade, trata-se de propor uma nova leitura historiográfica que não se limite a interpretar o “Brasil-Colônia” por meio de suas relações econômicas com a Europa do mercantilismo, seja sublinhando sua posição periférica – e com isto privilegiando os antagonismos colonos versus metrópole – seja enfatizando o caráter único, singular e irreduzível da sociedade colonial escravista.” FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 21.

Monteiro (1994) e outros autores, a partir de suas reflexões colaboraram com esse movimento que repensa os papéis dos indígenas na sociedade mestiça brasileira. Pensando as possibilidades de suas agências indígenas no período colonial, não somente nos períodos “pré-cabralinos”¹¹ – como feito anteriormente – e o mais importante, no século passado e nos tempos atuais.

Uma obra recente e significativa é *Espírito Santo Indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios (1798-1860)*, da historiadora Vânia Maria Losada Moreira.¹² A narrativa se dá a partir da análise da província do Espírito Santo, considerado um lugar periférico frente à dinâmica da economia de exportação açucareira. Por meio da reavaliação de alguns aspectos da História Regional em relação aos povos indígenas, a autora instrumentaliza e torna a invisibilidade indígena como um problema, algo fomentador de debates, inserindo-se num movimento historiográfico que exige a inclusão dos indígenas na História do Brasil.

Tal trabalho é possível a partir dessa “renovação” historiográfica – além da competência de análise da autora, é claro. Importante destacar que tal processo é perpassado por uma questão mais ampla, que está intimamente conectado com reformulação da História das Américas, principalmente pelo uso da chamada etnohistória. Segundo John Manuel Monteiro:

Cresce, na bibliografia etnohistórica das Américas, a ideia de que o impacto do contato, da conquista e da história da expansão europeia não se resume apenas na dizimação de populações e na destruição de sociedades indígenas. Esse conjunto de choques também produziu **novas sociedades e novos tipos de sociedade**. (MONTEIRO, 2001, p. 55, grifo nosso)

Foi com suporte nessas ideias que surge a preocupação com os processos de etnogênese, que não se resumem apenas à ideia de uma auto-definição de um povo levando em conta apenas o seu patrimônio cultural, mais que isso, se estende para os campos de estratégias culturais, como as agências políticas de atores nativos que buscam retomar suas identidades. Mostrando mais uma vez que nenhuma cultura, nem mesmo as indígenas são naturais e determinadas por fatores biologizantes.

¹¹ Segundo João Pacheco de Oliveira, o pressuposto evolucionista pelo qual se construiu a narrativa da história brasileira atribuiu ao indígena um lugar e momento específicos: “eles são anteriores ao Brasil”. OLIVEIRA, João Pacheco de. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 47

¹² MOREIRA, Vânia M. L. *Espírito Santo Indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios (1798-1860)*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017

Como Guillaume Boccara chama atenção, desde os finais do século XX e no decorrer deste do qual falamos, o avanço das disciplinas históricas e antropológicas possibilitaram que se criasse um terreno intermediário entre si, fazendo que fosse possível tirar proveito da criação desse espaço comum ou *middle ground*, passando assim o historiador a prestar mais atenção ao caráter relativo das categorias e da constituição de identidades:

Desde un punto de vista más general, advertimos que el carácter construido o histórico de las formacions sociales y de las identidades así como también dinamismo de las culturas y <<tradiciones>> han sido ampliamente reconocidos. Pues desde la idea de <<tradición inventada>>, a la desconstrucción del objeto étnico pasando por la aproximación dinámica de los sabe-hacer locales o la toma en cuenta de la historia de <<los pueblos sin historia.>>, se manifiesta la voluntad general de escapar a la reificación de las acciones, de las relaciones y de las categorías (BOCCARA, 2005).

Um autor que serve de exemplo dessa aproximação entre História e Antropologia, é Serge Gruzinski, historiador francês que parte de seus estudos sobre o México Colonial para empreender reflexões sobre o Mundo Mestiço. A partir dele percebemos que a mestiçagem não é tratada de forma dicotômica, má ou boa, apenas se trata de um fenômeno analisável. Tratando as diferenças não exclusivamente como aquilo que separa, mas que dependendo, separa ou aproxima alguns aspectos.

Isso se dá porque interpreta a cultura não como bloco monolítico, ou um aspecto valoroso distintivo de um povo, ao contrário, considera algo construído e mais que é passível de transformação, ou melhor, mistura. Entretanto, chama atenção de que a miscibilidade não é algo natural e, portanto, não são todos os aspectos de uma cultura que possuem essa característica.

Logo, podemos inferir de que para a construção de mundos mestiços, onde aspectos de culturas diferentes se misturaram dependem das formas de socialização dos indivíduos. Aspectos completamente complexos admitindo que os mundos pós-coloniais foram forjados a partir de relações de violência, distanciamento, aproximação e alianças, tudo ao mesmo tempo.

Gruzinski nos oferece pistas de como abordar esses mundos mesclados. O historiador sugere que aceitemos a forma de como esses mundos nos aparece, sem pressa de “desarrumá-los e submetê-los a triagens que supostamente localizaria, e depois isolariam, os elementos que formam o conjunto”, reconhecendo que a submissão de uma realidade à análise projeta filtros, critérios e obsessões que majoritariamente formam as visões ocidentais. E, ainda segundo ele, os ocidentais sentem um perverso prazer em fabricar diferenças. (GRUZINSKI, 2001, p.25-26)

No decorrer deste artigo vimos que não somente fabricar diferenças, mas muitas vezes acioná-las a fim de hierarquizar a humanidade, pela defesa de um projeto imperialista e colonizador do mundo. Mas chamo atenção de que isso não se dá apenas à nível global, até mesmo as dinâmicas internas de uma localidade podem promover fronteiras que sirvam para distanciamento ou aproximação de vivências distintas.

Falamos isso porque observamos que, mesmo em espaços que possuem uma ideia genérica – como a ideia de Brasil – há constatada quase uma necessidade da criação de um *outro*. Apreendemos de que isso está ligado com as relações de poder e que o Estado é um de seus agentes. O Estado Brasileiro elaborou um discurso sobre o que é ser indígena, como modo de justificar suas políticas indigenistas, processo que foi responsável pela imagem reduzida do indígena a certa hipossuficiência, principalmente no caso republicano. (AMORIM, 2019, p.20)

As populações indígenas tiveram suas identidades classificadas e generalizadas, seja nos tempos coloniais ou mesmo republicanos, pelo Estado. Entretanto, apesar da atribuição desses estigmas, não houve impedimento para que os indígenas fossem (e sejam) agentes tão ativos quanto ao estado no que diz respeito às tessituras de identidades. Afinal, “cada criatura é dotada de uma série de identidades, ou provida de referências mais ou menos estáveis, que ela sucessivamente ou simultaneamente, dependendo dos contextos.” (GRUZINSKI, 2001, p.53).

A América Latina é um continente marcado por reivindicações étnicas. Processos que no contexto brasileiro ganham sistematização política, principalmente a partir dos anos 70. Exemplo disso é o discurso de Ailton Krenak, na Assembleia Constituinte de 87, período da chamada reabertura política ou da redemocratização. Ailton Krenak atua como uma das lideranças do emergente Movimento Indígena, que naquele momento objetivava reverter a política anti-indígena do Congresso Nacional.

Em seus argumentos, Ailton considerava que no Brasil havia uma ignorância sobre o que é “ser indígena”. Em suas palavras defendeu as ideias de que o povo indígena tinha uma forma diferenciada de pensar e viver, que mesmo sendo diversa, nunca havia ou tivera como intenção pôr em risco a “ordem da sociedade brasileira” e os interesses nacionais. Este evento é curioso e riquíssimo em fomentar alguns questionamentos, pois que nos faz pensar como ao mesmo tempo uma Identidade Indígena Unificadora foi reivindicada – Ailton não falava apenas pelos Krenak, mas pelos povos originários de todo Brasil – e mesmo assim diversa, principalmente diante do Estado Brasileiro que colocava os indígenas como inimigos internos

ao progresso, ou às vezes desconsiderando-os como povos diferenciados, como se não existissem.

Nos fazendo compreender que apesar dos enfoques dualistas e maniqueístas serem sedutores pela simplicidade, a História da América marcada por intensos processos de “conquista” dos povos indígenas não pode ser resumida em noções de extermínio e passividade. Pois os movimentos da história flutuam entre a regularidade absoluta e a irregularidade absoluta, mantendo uma margem importante de imprevisibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui empreendidas partiram de um esforço em entender como a História dos Povos Indígenas foi abordada a partir da chave explicativa da *mestiçagem*, que muitas vezes, por ser vista como algo natural e um processo hierarquizado pelas diferenças culturais, dificultou e impediu análises mais complexas sobre as agências indígenas, por outorgarem aos povos indígenas a extinção, a desorganização, a passividade ou a selvageria.

Compreendemos que o alicerce desses argumentos estava em encarar as culturas como blocos monolíticos e essenciais, desconsiderando a dinamicidade das trocas culturais que não são apenas marcas do mundo atual, mas que perpassa a história da humanidade desde os tempos mais remotos.

Vimos também que encarar a cultura, como construção, não como algo dado e pronto, obrigou a Historiografia Brasileira e da América Latina a reverem o lugar dos povos nativos da formação dos mundos mestiços, possibilitando o entendimento de outras facetas desse “Mundo Novo” que não deve ser entendido apenas como resultado do suposto espírito empreendedor e conquistador do elemento branco, cristão e civilizado.

Sendo a realidade do Brasil e da América Latina devedora e tributária da resistência dos povos originários, que desde os tempos coloniais aos contemporâneos lutam para terem suas culturas e existências reconhecidas de norte ao sul do continente latino-americano.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Liana R. M.. **O Serviço de Proteção ao Índio e a Ideia de um “novo culto ao Maranhão” (1910-1914):** a conciliação entre a política indigenista nacional e os discursos

desenvolvimentistas do Estado. São Luís, 2019. Monografia (Graduação em História Licenciatura) – Universidade Estadual do Maranhão.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário do século XIX**. 1987.

BARRETO, Tamires. **Para além da Casa Grande e Senzala: Representação dos povos indígenas em Casa-Grande & Senzala**. Feira de Santana, 2013. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana.

BOCCARA, Guillaume. **Mundos nuevos en las fronteras del Nuevo Mundo**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [online]. Disponível desde 8 de fevereiro de 2005. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/426>. Acesso em: 19 dez. 2020.

CARVALHO, Ana Paula Comin; SALAINI, Critian Jobi; ALLEMBRANDT, Débora; MEINERZ, Nádia Elisa; WEISHEIMER, Nilson. **Desigualdades de Gênero, Raça e Etnia**. Editora intersaberes, Curitiba, 2013.

COSTA, Jean Carlo de C.. **Nação, raça e miscigenação no Brasil moderno: uma análise hermenêutica dos Ensaístas da formação da nacionalidade brasileira (1888-1928)**. Recife, 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima (org). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI- XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patricarcal**. 48 ed.rev. São Paulo: Global, 2003.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1975.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PIRES JR., João Aurélio Travassos Pires. **Mestiçagens e Colonização: visões historiográficas sobre a América Portuguesa**. João Pessoa, 2013. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes) – da Universidade Federal da Paraíba.

IANNI, Octavio. **O Labirinto Latino americano**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

MONTEIRO, John Manuel. Entre o etnocídio e a etnogênese: identidades indígenas coloniais. In: MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese de Livre-docência em Etnologia, Departamento de Antropologia da Unicamp. Campinas, 2001

MOREIRA, Vânia M. L. **Espírito Santo Indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios (1798-1860)**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017

ORTIZ, Renato. **A cultura brasileira e a identidade nacional**. 2ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo. 1986

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, p. 609-633, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a08v28n3>

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O Nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa.

SANTOS, Raquel A. dos; SILVA, Rosângela M. B. e. Racismo científico no Brasil: um retrato social do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n.68, p. 253-268, mar./abr.2018.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, HMB., SÀ, MR., and GLICK, T., orgs. **A recepção do Darwinismo no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 165-180. História e saúde collection. Disponível em: <http://books.scielo.org/>

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 1-12, 1999.

WEBER, Max. A Nação. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.

Enviado em: 14/05/21
Aprovado em: 03/09/21